

Por Pepita Ortega (Broadcast), Gabriel Hirabahasi (Broadcast) e Giordanna Neves (Broadcast)

Audiência terminou sem acordo, mas governo e Congresso sinalizam que acatarão decisão de ministro do STF; leia bastidores

O ministro [Alexandre de Moraes](#), do Supremo Tribunal Federal (STF), indicou aos participantes da [audiência de conciliação sobre o caso do Imposto sobre Operações Financeiras \(IOF\) - que terminou sem acordo](#) -, que o decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem legitimidade, mas que o cerne da discussão é a finalidade do ato, ou seja, se o aumento das alíquotas tem caráter de [arrecadação ou de regulação](#).

Esse indicativo dado pelo ministro significa que dois pontos têm mais chance de serem derrubados pelo Supremo: o imposto sobre operações de **risco sacado** e sobre **previdência privada do tipo VGBL**, segundo apurou a reportagem.

[Leia aqui na íntegra](#).

Fonte: Estadão, em 15.07.2025